

INVISIBILIDADE DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS: AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DA PSICOLOGIA NO BRASIL

Gabriela da Silva Marques^{1 2}, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8560-8298>
Denise Regina Quaresma da Silva¹, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3697-8284>

RESUMO. Este estudo qualitativo, do tipo exploratório, descritivo e bibliográfico, trata-se de uma revisão sistemática da literatura sobre o trabalho da mulher no meio rural, publicado em artigos científicos no Brasil no período de 2006 a 2016 na base de dados BVS-Psi, objetivando descrever o que estas produções exploram em relação a estas mulheres. Utilizaram-se os termos de busca “trabalhadoras rurais” e “mulheres rurais”, sendo a análise dos dados por conteúdo (Bardin, 2011). Os principais achados destacam que a participação das mulheres rurais nas manifestações sociais potencializaram as suas conquistas, bem como evidenciam as preocupações referentes à saúde da trabalhadora rural, em que os/as pesquisadores/as relatam as consequências psíquicas e físicas resultantes da intensificação do trabalho rural paralelo ao doméstico. Conclui-se que somente desde 2013 o número de publicações acerca do tema tem aumentado, sendo os/as pesquisadores da região Sul do Brasil os/as que mais publicam a temática, que foi pesquisada em somente nove das 27 unidades federativas do País, o que aponta para uma invisibilidade das mulheres trabalhadoras rurais nas pesquisas publicadas nesta base de dados, neste período.

Palavras-chave: Trabalhadoras rurais; invisibilidade; mulheres rurais.

INVISIBILITY OF RURAL WOMEN WORKERS: SCIENTIFIC PRODUCTIONS OF PSYCHOLOGY IN BRAZIL

ABSTRACT. This exploratory, qualitative, descriptive and bibliographical study is a systematic review of the literature on women work in rural areas, published in scientific articles in Brazil from 2006 to 2016 at the BVS-Psi database, which aimed at describing what these productions exploit in relation to these women. The search terms used were “Trabalhadoras rurais” and “mulheres rurais”, and data were analyzed by content analysis (Bardin, 2011). The main results showed that the participation of rural women in the social manifestations potentialized their achievements, as well evidenced the concerns related to the health of the rural worker, where the researchers reported the physical and psychic consequences resulting from the intensification of rural work parallel to house chores. It can be concluded that only since 2013, the number of publications on this topic has increased, with the researchers from the Southern Brazil publishing most about the subject, which was researched in only 9 of the country’s 27

¹ Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, Brasil.

² E-mail: marquesgabriela19@gmail.com



federative units, which shows the invisibility of the rural women workers in the researches in this database, during this period.

Keywords: Rural workers; invisibility; rural women.

INVISIBILIDAD DE LAS MUJERES TRABAJADORAS RURALES: LAS PRODUCCIONES CIENTÍFICAS DE LA PSICOLOGÍA EN BRASIL

RESUMEN. Este estudio cualitativo, del tipo exploratorio, descriptivo y bibliográfico se trata de una revisión sistemática de la literatura sobre el trabajo de la mujer en el medio rural, publicados en artículos científicos en Brasil en el período de 2006 a 2016 en la base de datos BVS-Psi, con el objetivo de describir lo que estas publicaciones explotan en relación a estas mujeres. Se utilizaron los términos de búsqueda "trabajadoras rurales" y "mujeres rurales", siendo el análisis de los datos por contenido (Bardin, 2011). Los principales hallazgos destacan que la participación de las mujeres rurales en las manifestaciones sociales ha potenciado sus logros, así como evidencian las preocupaciones referentes a la salud de la trabajadora rural, donde los / as investigadores / as relatan las consecuencias psíquicas y físicas resultantes de la intensificación del trabajo rural paralelo al hogar. Se concluye que sólo desde 2013 el número de publicaciones sobre el tema ha aumentado, siendo los / as investigadores de la región sur de Brasil los que más publican la temática, que fue investigada en solamente 09 de las 27 unidades federativas del país, lo que apunta a una invisibilidad de las mujeres trabajadoras rurales en las investigaciones publicadas en esta base de datos, en este período.

Palabras clave: Trabajadoras rurales; invisibilidad; mujeres rurales.

Introdução

No contexto mundial, desde o século passado, a agricultura enfrenta inúmeras transformações produtivas, influenciadas pelos avanços das tecnologias e da alta demanda de produção de alimentos. No Brasil, a partir da década de 1990, esta demanda também cresce e acaba refletindo em um aumento de produtividade na área rural. Conforme o Portal Brasil (2015), a safra brasileira de grãos 2014/2015 registrou 209,5 milhões de toneladas, alcançando um número recorde em relação à última produção agrícola. O aumento foi de 8,2%, ou 15,9 milhões de toneladas, sobre a produção de 2013/14, de 193,62 milhões de toneladas; a partir destes dados, pode-se observar a alta demanda existente no trabalho rural na atualidade.

Dessa forma, o trabalho rural é o responsável pelo abastecimento dos alimentos da produção agrícola. Esta profissão, que é passada de geração para geração, é apresentada aos filhos/as de trabalhadores/as rurais muito precocemente. Neste contexto de trabalho, estão as mulheres, que são inseridas no trabalho rural, onde efetuam trabalhos na lavoura e na manutenção dos animais, quanto nos trabalhos domésticos, pois muitas vezes as meninas jovens ficam em casa fazendo os deveres domésticos enquanto suas mães saem para trabalhar na roça, juntamente com os maridos (Stolf, 2007).

A presença das mulheres neste universo do trabalho do campo é um fato indiscutível, porém elas permanecem invisibilizadas em muitos contextos, mesmo que estejam plantando, colhendo, conservando o solo, protegendo as lavouras das pragas, coletando

os frutos e cultivando o desejo da posse de terras para trabalhar ao mesmo tempo que dão conta do trabalho doméstico, onde cuidam dos seus filhos, da comida, da casa e do quintal (Lisboa & Lusa, 2010; Sales, 2007). Em recente pesquisa constatou-se o adoecimento das mulheres trabalhadoras do campo em função do excesso de trabalho que executam. Uma das agricultoras entrevistadas, com 44 anos de idade, diz:

Capinar é muito ruim, dói muito a coluna. Eu não faço isso sempre. Tem dias que o trabalho é mais leve, aí dá para aguentar a dor. [...] O aipim às vezes é muito ruim de arrancar, às vezes ele tá muito preso e precisa fazer muita força (Barthm Renner, Martins, & Quaresma da Silva, 2016, p. 484).

As políticas públicas, neste setor, contemplam minimamente as mulheres, principalmente no aspecto econômico, enfatizando a invisibilidade do gênero feminino nas atividades produtivas no campo. Os programas governamentais voltados para a agricultura familiar que reproduzem a divisão social do trabalho contribuem cada vez mais para a invisibilidade feminina e, conseqüentemente, a desconsidera enquanto trabalhadora, uma vez que a sua participação vista como ajuda omite o seu direito de igual participação no resultado do trabalho. Esta relação gera injustiça, pois ignora a sua contribuição econômica na produção agrícola e nega a sua condição de trabalhadora (Nascimento, Rodrigues, & Santos, 2013).

Levando em consideração a atuação da mulher no trabalho rural, esse artigo objetiva fazer uma revisão sistemática da literatura nacional dos últimos dez anos (dezembro de 2006 a dezembro de 2016), a fim de descrever o que as produções científicas exploram em relação à mulher neste campo profissional.

Percurso metodológico

Realizou-se um estudo qualitativo, do tipo exploratório, descritivo e bibliográfico, a partir de uma análise de artigos científicos encontrados em bases de dados nacionais capaz de oferecer artigos científicos confiáveis e atualizados na área da psicologia, a base de dados Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi). Esta base de dados indexa textos didáticos, teses, monografias, *Index Psi* Livros, *Lillacs*, *Pepsic*, *Scielo*, proporcionando o fácil acesso a periódicos nacionais e internacionais.

A consulta à base de dados BVS-Psi ocorreu no mês de janeiro de 2017, quando se elencaram artigos com os seguintes descritores: “trabalhadoras rurais” e “mulheres rurais”. Na sequência, realizou-se uma análise minuciosa dos estudos visando uma seleção cuidadosa dos artigos, sendo utilizados como critérios de inclusão: (a) ser artigo científico e relacionado à pesquisa, abordando o tema mulher no campo de trabalho rural; (b) ter sido publicado no período de dezembro de 2006 a dezembro de 2016; (c) estar o material disponibilizado virtual, integral e gratuitamente; e (d) estar disponibilizado em português e ser estudos realizados no Brasil, mesmo que publicados internacionalmente. Como critérios de exclusão, optou-se por excluir itens que (a) estavam publicados em formato de tese, dissertação, livro, capítulo de livro, resenhas, artigos teóricos, relatos de experiência, estudos de casos e revisões sistemáticas ou de literatura; (b) artigos repetidos entre os periódicos indexados na base de dados; (c) estudos realizados fora do Brasil e estudos fora do período eleito. Após esta seleção inicial, realizou-se uma criteriosa leitura dos textos completos.

Foram identificados 110 estudos no total. Destes, 83 foram excluídos por não atenderem os critérios de inclusão e 27 foram selecionados. Destes 27 selecionados, quatro foram descartados por repetirem-se e 23 foram selecionados para este estudo.

Conforme Bardin (2011), os achados foram categorizados pela análise de conteúdo, por meio das categorias emergentes. A análise dos dados bibliométricos apresenta um levantamento da quantidade de publicação anuais sobre o tema pesquisado e o número de publicações por Estado brasileiro, levando-se em consideração a localização da universidade do primeiro autor de cada estudo.

A partir de análise dos achados, elencamos as categorias resultantes: as atuações da mulher no trabalho rural e a saúde da mulher rural.

Resultados ediscussão

A partir do descritor “trabalhadoras rurais”, selecionaram-se os artigos expostos no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1. Artigos selecionados com o descritor trabalhadoras rurais

Título do artigo	Autores e ano de publicação
Desenvolvimento Sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural	LISBOA & LUSA, 2010
Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos	SALES, 2007
Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadores rurais assentados	COSTA, DIMENSTEIN, & LEITE, 2014
O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais	SCHWENDLER, 2015
Prevalência de sinais e sintomas digestórios em trabalhadoras rurais e fatores associados	CEZAR-VAZ, BONOW, COUTO, & GELATI, 2015

A partir da busca com o descritor, “mulheres rurais”, encontraram-se os seguintes estudos:

Quadro 2. Artigos selecionados com o descritor mulheres rurais

Título do artigo	Autor e ano de publicação
Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade	SALVARRO, ESTEVAM, & FELIPE, 2014
As mulheres e suas ‘lidas’: compreensões acerca de trabalho e saúde	EBLING et al., 2015
Diferenças entre os gêneros na assistência técnica e extensão rural realizada por médicos veterinários: paradigma ou preconceito	FREITAS, et al, 2014
Saberes relacionados ao autocuidado entre mulheres da área rural do Sul do Brasil	THUM; BORGES; HECK, 2011

Violência contra mulheres rurais: gêneros e ações da saúde	COSTA, LOPES, & SOARES, 2015
“O sonho da terra”: mulheres assentadas na Amazônia como agentes de mudança	NAASE, 2009
Prevalência de síndrome metabólica em área rural do Brasil	VELASQUEZ-MELÉNDEZ, CÔRREA-OLIVEIRA, & PIMENTA, 2007
Limites e possibilidades de militância política em um movimento social rural de mulheres	SALVARRO, LAGO, & WOLFF, 2014
Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílio no Norte e no Nordeste	SCOTT, 2007
Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação	MENASCHE, MARQUES, & ZANETTI, 2008
“Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades	SALVARO, LAGO, & WOLFF, 2013
Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas	JUNIOR, 2015
FAO, fome e mulheres rurais	PAULILO, 2013
Carga de trabalho rural: estudo desenvolvido em dois ambientes rurais do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil	ROCHA et al, 2016
Difusão de tecnologias e sexismo nas Ciências Agrárias	FIÚZA et al, 2009
Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil	CORDEIRO, SCOTT, 2007
Autoatenção na gravidez para mulheres residentes no campo: um estudo etnográfico	SAND et al, 2016
Redes de enfrentamento da violência contra mulheres no Sertão de Pernambuco	SCOTT et al, 2016

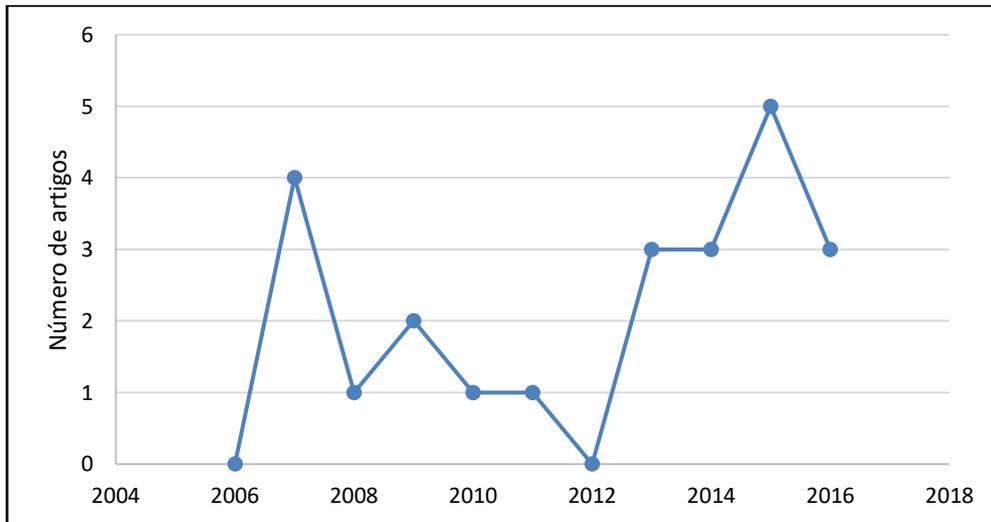
Análise Bibliométrica

Na continuidade, o Gráfico 1 apresentará a relação de publicações por ano dos artigos analisados para este estudo.

Conforme a análise do Gráfico 1, percebe-se que houve oscilações sobre o número de publicações acerca dessa temática desde maio de 2006. Nota-se que em 2006 não houve registro de estudos sobre a temática, em contrapartida, em 2007 foram encontrados quatro artigos. De 2008 a 2011, nota-se estabilidade, permanecendo entre uma ou duas publicações por ano. Em 2012, assim como em 2006, não se encontrou estudo publicado acerca do tema tratado.

A partir de 2013 nota-se maior interesse dos pesquisadores sobre o assunto, com três publicações neste ano. Em 2014 e 2015, o número de publicações por ano continua crescendo, aumentando um por ano, demonstrando aumento interessante referente aos anos anteriores. Assim, no ano de 2014 encontram-se quatro artigos sobre o tema e, em 2015, cinco artigos. Em 2016 constatou-se a publicação de três artigos científicos.

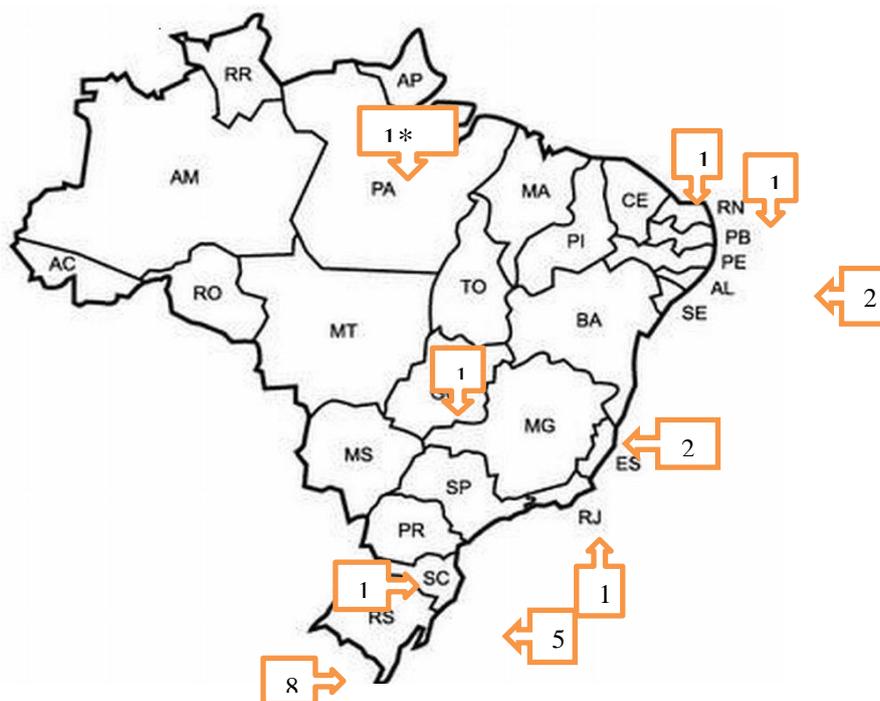
Gráfico 1. Relação de publicações por ano



Percebe-se um incremento de publicações nos últimos anos, principalmente a partir do ano de 2013, ficando evidente o interesse dos pesquisadores referente ao trabalho rural das mulheres. Pressupõe-se que a tendência é aumentar o número de artigos sobre essa temática, pois se identificaram grupos de estudos que pesquisam a temática em diversos pontos do Brasil.

Analisando o número de publicações por Estado, encontram-se discrepâncias que merecem a atenção. O mapa abaixo ilustra o número de publicações que ocorreram no período de 2006 a 2016 no Brasil.

Figura 1. Mapa ilustrativo com número de publicações por Estado



A partir deste mapeamento, podemos ter uma visão geral sobre as regiões que mais publicam sobre a temática, verificando-se que disparadamente no sul do Brasil concentra-se o maior número de pesquisadores interessados na temática. A região Sul totaliza 14 artigos publicados, sendo oito do Estado do Rio Grande do Sul, cinco de Santa Catarina e um no Paraná. Já a região Sudeste segue em segundo lugar no quesito publicações por Estado, totalizando três artigos publicados sobre as mulheres trabalhadoras rurais. As publicações do Sudeste são divididas entre os Estados de Rio de Janeiro, uma publicação e duas de Minas Gerais. Na região Centro-oeste localizou-se apenas uma publicação, no Estado de Goiás. E as demais são da região Nordeste, onde foi registrada uma publicação no Rio Grande do Norte e em Pernambuco duas. No Ceará encontrou-se uma publicação acerca do tema. Quanto à região Norte do Brasil, não foi encontrada nenhuma publicação sobre o assunto.

A partir deste mapeamento é possível observar que pesquisadores que trabalham e pesquisam na região Sul investigam sobre a mulher no trabalho rural. Este índice maior pode estar associado ao fato de a região ter universidades interessadas em desenvolver pesquisas a partir de demandas que surgem, ou a partir do próprio contexto onde se encontram estas academias universitárias.

Deve-se destacar que dos 23 artigos selecionados para a amostra pelos critérios elencados, em 22 deles o endereço profissional dos autores é em universidades de Estados brasileiros e, em um artigo (Naase, 2009), a pesquisadora atua profissionalmente na Alemanha. Interessante observar que esta autora teve toda sua formação no exterior, mas seguiu pesquisando sobre a mulher brasileira, especificamente sobre a mulher trabalhadora rural. Este estudo internacional é um indicador da importância que tem essa população, porém o mapeamento das publicações também revela a invisibilidade destas mulheres que atuam no campo na maioria dos Estados do Brasil, embora tenhamos a presença das mulheres no trabalho rural em quase a totalidade do país.

Análise e discussão dos resultados

A partir da análise dos dados encontrados, emergiram as categorias: as atuações da mulher no trabalho rural e a saúde da mulher rural. Na continuidade, apresentamos os principais achados em cada categoria.

As atuações da mulher no trabalho rural

As mulheres que vivem no contexto rural estão inseridas no trabalho do campo desde muito pequenas, quando vão para a roça acompanhando seus pais por não terem um adulto responsável que cuide delas em casa. Assim, muito precocemente acabam ajudando aos pais em alguns afazeres como, por exemplo, carregando água, alimentando os animais, ou transportando-os de um lugar para o outro. Desta forma começa o trabalho da mulher no campo, embora ele não seja reconhecido desde sempre (Sales, 2007).

Lisboa e Lusa (2010) ressaltam o importante papel das mulheres camponesas, especificamente na produção agrícola, onde as mulheres trabalham juntamente com os homens, fazendo o mesmo trabalho braçal ou manual. No entanto, estas autoras verificam que as máquinas necessárias para produção de muitos alimentos ou para a lavoura são fabricadas para uso de homens, dessa forma as mulheres enfrentam dificuldades para

manusear esses importantes instrumentos do trabalho rural, já que são desadequados para elas usarem. Este é um exemplo, entre tantos possíveis, para explanar a necessidade destas mulheres buscarem por seus direitos de igualdade de gênero e visibilidade social.

Diversos estudos apontam a necessidade de elaboração de políticas sociais voltadas às trabalhadoras rurais, olhando para esta população de forma igual a forma que se olha para os homens, trabalhadores rurais. Em vista ao trabalho e a produção das mulheres no campo, onde atuam de forma muito semelhante aos homens, alguns detalhes as diferem enquanto mulheres. Um exemplo dessa diferença é o seu tamanho, havendo a necessidade de ser revisto o tamanho, a estrutura das máquinas, que são instrumentos fundamentais para produções de alguns alimentos. As máquinas ainda são fabricadas para homens, o que dificulta a inserção das mulheres no manuseio destas, pois normalmente as mulheres são menores, e assim, as máquinas ficam muito desproporcionais ao tamanho de uma mulher, o que acaba por dificultar seu trabalho, lesionando-as (Lisboa & Lusa, 2010; Sales, 2007; Schwendler, 2015).

A condição das máquinas desadequadas pode ser resolvida e adaptada, porém este não é o único entrave encontrado pelas mulheres rurais, outro problema está na dificuldade de as trabalhadoras terem acesso a essas máquinas, pois defrontam-se com pouco acesso a financiamentos, insumos, serviços produtivos, diferente dos homens que têm este acesso muito mais facilitado. O acesso das mulheres às tecnologias é quase insignificante, pois as tecnologias do trabalho agrário são vistas como produtos destinados ao público masculino (Fiúza, Pinto, Galinari, & Barros, 2009; Paulilo, 2013; Lisboa & Lusa, 2010). Nessa assertiva, percebe-se a desigualdade de gênero que merece ser amplamente problematizada e discutida.

Fiúza et al (2009) trazem para a discussão os motivos do distanciamento feminino destas tecnologias, bem como a ausência de conhecimentos sobre essas máquinas criadas para facilitar o trabalho rural, já que são conhecidas e discutidas dentro das universidades. Verificam que o distanciamento das mulheres em relação às tecnologias está ligado aos modelos de gestão ainda existentes na zona rural, onde a mulher é colocada como apenas um complemento neste trabalho, ou seja, ela fica em uma condição hierárquica inferior aos homens, e dificilmente como uma gestora da fazenda, por exemplo. Assim, muitas mulheres acabam sendo restritas a informações, conhecimentos técnicos, o que prejudica no momento de adquirir, manusear e trabalhar com as máquinas agrárias, além disso, reiteram que as desvantagens no acesso a cartas de créditos nas agências bancárias complementam o difícil acesso às novas tecnologias (Lisboa & Lusa, 2010).

Além disso, o trabalho rural destas mulheres, muitas vezes, não é considerado, pois é visto como uma extensão do trabalho doméstico, já que os afazeres rurais delas podem girar em torno da residência. Outro aspecto relevante apontado por Paulilo (2013) é a relação de trabalho temporário realizado pelas mulheres no campo, pois atuam mais intensamente no período das colheitas. Esta autora destaca que as mulheres relatam que este trabalho é somente mais uma ajuda extra, um dinheiro a mais que entra para o orçamento. Entretanto, isto pode ser algo negativo para esta classe trabalhadora, já que muitas vezes esse trabalho não é legalmente registrado ou regularizado para o serviço destas trabalhadoras, além de poder ser excessivo nestes períodos, causando esgotamento e/ou enfermidades.

As mulheres camponesas, além de participarem de todo o trabalho rural, mostram-se presentes e com papéis fundamentais em movimentos sociais, buscando por direitos da classe trabalhadora rural. Porém, o reconhecimento delas enquanto trabalhadoras rurais não existiu desde sempre; precisaram realizar diversos movimentos sociais rurais para

terem reconhecimento de seus direitos como, por exemplo, a aposentadoria (Salvaro, Estevam, & Felipe, 2014).

As primeiras conquistas das mulheres do campo ocorreram por volta da década de 1990, quando conquistaram o acesso aos direitos trabalhistas-previdenciários. Nesta época, elas tiveram que adquirir alguns documentos para a regularização da profissão como, por exemplo, a carteira de identidade, CPF, título de eleitor, bloco de notas de produtora rural, carteira de trabalho e previdência social, para aquelas que eram remuneradas. O ano de 1991 foi marcado pela conquista à aposentadoria aos 55 anos para a mulher e aos 60 para homens. No ano seguinte, as trabalhadoras rurais alcançaram o direito do salário maternidade. Até então havia movimentos sociais autônomos, ou por região, mas a partir do ano de 2004 houve a união de todos os movimentos, criando-se o Movimento de Mulheres Agricultora (MMC), que representa todas as mulheres rurais nacionais (Salvarro, Lago, & Wolff, 2014).

Ressalta-se que atualmente o país vive um momento político extremamente problemático em que a reforma da previdência tornou-se pauta governamental, e sua aprovação representará um retrocesso para trabalhadores do campo. A forma como os trabalhadores e trabalhadoras rurais participam da Previdência se dá por meio do recolhimento de 2% no momento da comercialização do produto agrícola. A mudança que está sendo proposta agora, além desse recolhimento de 2%, cada indivíduo no meio rural terá que pagar, durante 25 anos, um boleto mensal equivalente a 5% do salário mínimo, o que hoje daria algo em torno de R\$47,00, o que numa família de quatro pessoas representaria ter que dispor mensalmente de aproximadamente R\$200,00, somente para cumprir esta exigência, além dos 2% de recolhimento. Como a realidade do pequeno agricultor não permite bancar isso, isso pode significar excluir do sistema da Previdência boa parte da população rural, especialmente as mulheres. Além disso, a pessoa só poderá receber benefícios como auxílio-maternidade e auxílio-doença se estiver em dia com o pagamento desse boleto, o que facilmente poderá ocorrer frente uma safra perdida ou outra intercorrência com a colheita. Ou seja, vislumbram-se com esta reforma sérios prejuízos nos direitos sociais para as mulheres trabalhadoras rurais (Weissheimer, 2017).

Em recente estudo publicado, Ebling et al. (2015) verificaram que atualmente as mulheres já estão usufruindo de algumas conquistas, por exemplo, a carta de crédito para mulheres agricultoras. A obtenção desta carta de crédito denota o resultado positivo de todas as lutas realizadas pelas mulheres em busca de seus direitos e da emancipação feminina.

Estudos enfatizam também a inserção das mulheres no Movimento dos Sem-Terra (MST), em que embora elas ocupem papéis secundários em vista de que os homens aparecem na frente do movimento; ainda assim, estas mulheres exercem um importante papel no manejo das organizações, além de se envolverem em todo o movimento e irem à luta lado a lado com os homens. Dessa forma, observam-se movimentos, ainda que tênues, da mulher rural saindo do campo da invisibilidade social e empoderando-se, aumentando sua autoconfiança, buscando por mais conhecimentos, e automaticamente, lutando pelos seus direitos também. Além disso, a inserção da mulher rural em movimentos sociais a fortifica ainda mais como mulher participante de uma sociedade (Naase, 2009; Junior, 2015; Schwendler, 2015).

O empoderamento das mulheres camponesas, a luta social e a busca pelos direitos iguais são importantes caminhos traçados a favor das transformações de relações de gênero no contexto rural. Porém, isso não é o suficiente. É necessário também a criação

de leis e políticas públicas que apoiem e incentivem estas mulheres trabalhadoras (Lisboa & Lusa, 2010; Schwendler, 2015).

Pinto et al. (2013) contribuem com um estudo realizado no interior do Maranhão, com sete mulheres meliponicultoras que participam do Projeto Abelhas Nativas (PAN). As participantes relatam participar tanto do trabalho na lavoura quando na limpeza e na colheita do mel. Além disso, a maioria destas mulheres tem o controle do rendimento financeiro da família, bem como o controle dos investimentos da lavoura, gastos e consumos da casa. Fica evidente que, na visão dessas mulheres, o trabalho no campo não atrapalha a vida em família, a educação dos filhos e nem os afazeres da casa, aceitando acriticamente a tripla jornada de trabalho. De um modo geral, o estudo identifica com positivo para estas mulheres a participação no projeto, pois este proporciona uma rede de apoio social, em que a partir dos encontros as mulheres compartilham suas dúvidas, adquirem conhecimento e fortalecem seus laços sociais. Importante destacar que é o trabalho em comum de criação de abelhas que une estas mulheres.

Outro grupo semelhante ao PAN, é o Grupo Pé-da-serra, no qual é realizado um trabalho com mulheres assentadas. Neste grupo as mulheres têm a oportunidade de produzir geleias, doces e conservas derivadas do cerrado, os quais são vendidos para turistas. Salvaro, Lago e Wolff (2013) afirmam que projetos como este, realizados com trabalhadoras rurais em horários extras, contribuem com o empoderamento destas, bem como é um auxílio para a renda familiar e para a autonomia das participantes.

Porém, ainda há muitas mulheres inseridas no trabalho rural que não são remuneradas, normalmente as que exercem o trabalho no contexto familiar e cresceram fazendo estas atividades. Em pesquisa com três mulheres que trabalham em um abatedouro de animais, Graf e Coutinho (2010) verificam que estas mulheres buscaram este trabalho por desejarem um rendimento financeiro mensal, o que não ocorria quando trabalhavam com a família. Escolheram esta profissão especificamente pela experiência com esse tipo de função adquirida enquanto auxiliavam seus pais no momento de abater animais para consumo doméstico. Estas mesmas participantes relatam sentir-se prejudicadas por ter apenas a experiência do trabalho com os pais desde novas e não terem outras experiências profissionais registradas ou remuneradas.

Deve-se destacar um estudo realizado por Scott (2007), em que o pesquisador faz um levantamento de dados no norte e nordeste do Brasil e observa que as mulheres rurais parecem ter mais instruções e experiências no trabalho domiciliar, já que se inserem ainda na adolescência, comparando-se elas aos homens. Porém, recebem menor remuneração do que os homens pelo mesmo trabalho exercido. No estudo, observa-se também que dificilmente uma mulher mora sozinha nesta área, em sua maioria elas moram com a família. Neste estudo, percebemos a desigualdade de gênero no trabalho rural, sendo desde muito precocemente as mulheres consideradas de menor importância do que os homens.

Outra profissão vinculada à extensão rural encontrada como conquista da mulher foi no atendimento veterinário. Em pesquisa realizada em 26 municípios do Estado de Goiás, Freitas et al. (2014) verificam que as únicas diferenças, na visão dos fazendeiros e fazendeiras participantes da pesquisa, em relação a veterinários e veterinárias é em relação à força física, em que o profissional homem se destaca na visão dos entrevistados. Mas, em contrapartida, as mulheres veterinárias são vistas como mais organizadas. Nos quesitos preferência por veterinário homem ou veterinária mulher, relacionamento interpessoal e conhecimento teórico, os participantes da pesquisa não mostraram distinção entre os

gêneros. Estudos como este podem evidenciar que as mulheres estão conquistando áreas de atuação vinculadas ao trabalho rural, que exigem formação acadêmica.

A partir da busca por direitos que as trabalhadoras rurais vêm desempenhando na última década, percebe-se que embora a caminhada seja longa, elas já adquiriram algumas conquistas. Atualmente, as mulheres trabalhadoras rurais encontram-se em diversas atividades que as colocam muito mais presentes na sociedade e com reconhecimento social de sua importância tanto na família quanto no trabalho do campo. Algumas inserções de mulheres do campo, em demais atividades que contribuem para esse reconhecimento social, que foram encontradas nos estudos foram os seguintes: trabalhos em cooperativas rurais virtuais, grupos para produção de alimentos caseiros, artesanato e no trabalho veterinário (Thum, Borges, & Heck, 2011; Salvaro, Estevam, & Felipe, 2014; Freitas et al., 2014).

A saúde da mulher rural

A mulher rural está exposta a riscos e vulnerabilidades, pois vive e atua em um contexto onde o trabalho maior é braçal, o que desgasta a trabalhadora física e psicologicamente (Ebling et al., 2015). Além disso, por tratar-se de um trabalho no campo, estão expostas a todas as instabilidades da natureza e da meteorologia, como os rigorosos invernos e o calor intenso do verão. Também pode haver uma intensificação ou sobrecarga de trabalho para elas, já que muitas vezes trabalham na lavoura, na retirada do leite e também nas tarefas de casa, o que se configura como uma tripla jornada de trabalho.

No estudo realizado por Costa, Lopes e Soares (2015), no sul do Rio Grande do Sul, a violência contra a mulher rural aparece como naturalizada e opressora na busca por direitos destas mulheres. A mulher rural aparece como submissa ao homem, devendo obedecer-lhe para não apanhar. Além disso, nesta pesquisa é assinalada a desigualdade de gênero no âmbito rural, bem como práticas discriminatórias e preconceitos em relação ao papel da mulher, sugerindo que a mulher é menos humana que o homem ou inferior, o que traz consequências à saúde física e psíquica delas.

Da mesma forma, Scott et al. (2016) identificam o meio rural como um contexto onde as mulheres estão vulneráveis para o enfrentamento da violência contra a mulher rural no sertão do Estado de Pernambuco, visto que elas encontram obstáculos para usufruírem de seus direitos como, por exemplo, dificuldade para a efetivação de denúncias, dificuldade de acesso aos órgãos de segurança pública, atendimento inapropriado e impedimento à conclusão das denúncias nas delegacias comuns.

Um estudo realizado por Rumin, Navarro e Periotto (2008) aponta que, como consequência do trabalho rural, surgem sofrimentos psíquicos, mas enfatizam algumas doenças físicas que se destacam como lesões por esforços repetitivos, bursites, tendinites e algumas lesões na coluna vertebral e frequentemente câibras. Estes adoecimentos parecem surgir a partir de uma intensificação do trabalho ocorrida nos últimos anos, e o aumento da dificuldade para manusear instrumentos pela implantação de tecnologias.

Tratando-se de saúde física de mulheres rurais, pesquisadores realizaram um estudo com o objetivo de verificar a prevalência de síndrome metabólica em uma comunidade do interior do Estado de Minas Gerais. Os resultados apontaram que as mulheres encontram-se mais vulneráveis do que os homens à essa síndrome, já que 33,6% das participantes apresentaram ter, comparado a apenas 7,7% dos homens. Assim, os autores apontam como um problema de saúde pública da área rural estudada, sendo necessário dar uma

atenção maior e suporte para a resolução deste problema (Velasquez-Meléndez, Côrrea-Oliveira, Pimenta, & Kac, 2007).

Em relação ao autocuidado, Menasche, Marques e Zanetti (2008) observam que é significativa a produção de alimentos para autoconsumo nas famílias rurais, ficando às mulheres a responsabilidade pela produção e manutenção destes alimentos. Este cuidado em relação à boa alimentação da família vem dos antepassados, os quais produziam seus próprios alimentos. Entretanto, com o aumento dos produtos industrializados e da modernização da agricultura com a exposição dos alimentos na lavoura a venenos e adubos químicos, algumas mudanças já ocorreram. Cuidar do plantio para autoconsumo é considerado pelos autores como uma forma de segurança alimentar e autocuidado com a família por parte das mulheres.

Para conhecer o autocuidado das mulheres trabalhadoras rurais em uma comunidade rural do município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, foi desenvolvida uma pesquisa com 11 mulheres participantes de um grupo, onde compartilham o conhecimento e o uso de plantas medicinais e a produção de artesanatos. Neste estudo ficou evidente que o autocuidado faz parte da rotina destas mulheres, além de todo o contexto familiar onde elas estão inseridas, além disso os saberes e hábitos em relação à saúde são passados de geração para geração. As formas de autocuidado que mais se destacam nestas mulheres rurais parecem girar em torno da ingestão de chás, que é citado pelas participantes como um calmante e a produção de artesanatos, relacionada pelas participantes ao equivalente a uma terapia, já que as trabalhadoras relatam acalmarem-se e aumentar a autoestima quando praticam estes trabalhos artesanais. Nesta pesquisa ficou evidente a dificuldade das trabalhadoras rurais entrarem em contato com profissionais da saúde, pois moram em locais distantes. As principais fontes de informações sobre cuidados da saúde, prevenção, psicoeducação são adquiridas por meio dos agentes da saúde que visitam as casas frequentemente, e pelos enfermeiros do posto de saúde, onde acontecem os encontros mensais deste grupo pesquisado. As participantes da pesquisa relatam aprender muito umas com as outras também (Thum, Borges, & Heck, 2011).

Verificando os atributos de fertilidade para a mulher rural, Sand, Ressel, Monticelli, & Schirmer (2016) identificam que as participantes da pesquisa, realizada no Rio Grande do Sul, apontam a gravidez como sinal de saúde. As participantes afirmam que o período é uma fase em que o autocuidado e a autoatenção aumentam significativamente, inclusive mudam seus hábitos de trabalho neste período, por exemplo, diminuem os esforços físicos e também alteram a alimentação, deixando-as mais saudáveis possíveis. Embora por vezes seja difícil o acesso à postos de saúde, realizam acompanhamento pré-natal e buscam informações prestadas pela categoria médica, pois consideram fundamental para o nascimento do bebê saudável.

Nessa assertiva, esta categoria elencada fundamentou-se basicamente em estudos relacionados à saúde da trabalhadora rural, que tem sua saúde relacionada à intensificação do trabalho no campo paralelo ao trabalho doméstico. Além disso, as mulheres trabalhadoras do campo têm dificuldades ao acesso a profissionais da saúde, pela localização de sua moradia e sofre como vítima de violência doméstica, apresentando também alto índice de síndrome metabólica, se comparado aos homens rurais.

Esta temática resumiu-se em apenas oito estudos em uma década, o que evidencia uma escassez de estudos acerca da saúde da trabalhadora rural. Importante destacar que estes poucos estudos tratavam de diversos assuntos, sendo a saúde destas mulheres

apenas um deles, o que dificulta maior entendimento sobre a real situação da saúde desta classe trabalhadora.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão sistemática da literatura nacional dos últimos dez anos, descrevendo o que as produções científicas exploram em relação às mulheres que atuam no trabalho rural.

A análise das publicações por ano permitiu observar o aumento do interesse dos pesquisadores acerca da temática somente a partir do ano de 2013. Além disso, verificou-se uma dedicação maior de pesquisadores da região Sul do Brasil, predominantemente no Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde se verificaram grupos de pesquisa focando nos direitos da mulher, na inserção da mulher no trabalho rural, bem como no feminismo e nas conquistas alcançadas através dos movimentos feministas.

Em relação aos principais resultados dos artigos analisados, evidenciou-se alto número de publicações em relação aos movimentos das mulheres rurais em busca de seus direitos enquanto trabalhadoras. Os estudos trataram também da presença da mulher em movimentos sociais, como no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e no MMC (Movimento de Mulheres Camponesas). Apresentaram-se, da mesma forma, as atividades exercidas pelas mulheres no campo, a invisibilidade destas em relação aos homens trabalhadores rurais, bem como a busca por algumas para aperfeiçoar seus conhecimentos no trabalho do campo.

Em relação à saúde da trabalhadora rural encontraram-se poucos estudos, sinalizando a falta de atenção dos pesquisadores em relação à saúde desta população. Todavia, os poucos estudos encontrados podem dar um parâmetro geral a respeito da situação da mulher rural. Observou-se nas publicações a narrativa dos sofrimentos físicos e psíquicos consequentes da intensa jornada de trabalho, bem como alguns estudos registraram a mulher rural enquanto sofredora da violência doméstica e submissa aos homens. Ademais, apareceram estudos sobre o autocuidado dessas mulheres consigo mesmas e com suas famílias.

De um modo geral, os estudos apresentaram como positiva a promoção de grupos reflexivos que unem as mulheres de comunidades próximas. Estes grupos parecem beneficiar a autoestima e potencializar o empoderamento destas mulheres. Além disso, geralmente estes encontros grupais giram em torno de oficinas que proporcionam aprimoramento de técnicas e conhecimentos novos direcionados a estas mulheres e concomitantemente realizam efeito terapêutico.

Conclui-se que são escassas as publicações sobre a mulher trabalhadora rural e que os achados geralmente mantêm-se fechados a um determinado grupo, município ou região, dificultando uma análise da situação da mulher brasileira em um contexto geral. Assim, sugere-se a realização de pesquisas sobre as mulheres e suas atuações no trabalho rural em nível nacional, sendo necessária esta pesquisa pelas diversas regiões do país, onde em inexistem estes estudos.

Como indicação para futuros estudos, sugerem-se pesquisas com foco no campo da saúde mental das trabalhadoras rurais, para aprofundar os entendimentos sobre a situação psíquica destas mulheres. Propõe-se também publicações sobre intervenções com estas

trabalhadoras rurais e estudos comparativos sobre a atual situação nacional e internacional das mesmas.

Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barth, M., Renner, J., Martins, R., & Quaresma da Silva, D. R. (2016). Agricultura Familiar: características ergonômicas das atividades e impactos na saúde dos trabalhadores. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 2(24), 471-496.
- Cezar-Vaz, M. R., Bonow, C. A., Couto, A. M., & Gelati, T. R. (2015). Prevalência de sinais e sintomas digestórios em trabalhadoras rurais e fatores associados. *Revista Acta Paulista de Enfermagem*, 5(28), 460-466.
- Cordeiro, R. L. M., & Scott, R. P. (2007). Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 419-423.
- Costa, M. G. S. G., Dimenstein, M. D. B., & Leite, J. F. (2014). Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. *Revista Estudos de Psicologia*, 2(19), 89-156.
- Costa, M. C., Lopes, M. J. M., & Soares, J. S. F. (2015). Violência contra mulheres rurais: gêneros e ações da saúde. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 19(1), 162-168.
- Ebling, S. B. D., Falkembach, E. M. F., Nascimento, L. A., Silva, M. M., Silva, S. O., Minussi, P. S. (2015). As mulheres e suas 'lidas': compreensões acerca de trabalho e saúde. *Revista Trabalho Educação Saúde*, 13(3), 581-596.
- Fiúza, A. L. C., Pinto, N. M. A., Galinari, T. N., & Barros, V. A. M. (2009). Difusão de tecnologias e sexismo nas Ciências Agrárias. *Revista Ciência Rural*, 9(39), 2614-2620.
- Freitas, S. L. R., Abreu, M. P., Mesquita, G. R. I., Jaime, V. S., Gordo, J. M. L., & Silva, L. A. F. (2014). Diferenças entre os gêneros nas assistências técnica e extensão rural realizada por médicos veterinários: paradigmas ou preconceitos. *Revista Ceres*, 61(1), 001-008.
- Graf, L. P., & Coutinho, M. C. (2010). Trajetória de mulheres atuantes em pequenos abatedouros de animais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 119-132.
- Junior, V. J. W. (2015). Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas. *Revista Interações*, 2(16), 395-406.
- Lisboa, T. K., & Lusa, M. G. (2010). Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3), 871-887.

- Menasche, R., Marques, F. C., & Zanetti, C. (2008). Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. *Revista Nutrição*, 1(20), 145-158.
- Nascimento, S. M. V., Rodrigues, F. C., & Santos, N. A. (2013). Agricultura familiar, agronegócio e a produção das trabalhadoras rurais: processos de expropriação, dominação e resistência na zona rural do Maranhão. VII Jornada Nacional de Políticas Públicas. Recuperado de: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo12-questaoagricolaquestaoagrariasegurancaalimentarepoliticaspublicas/pdf/agriculturafamili-ar-agronegocioeaproducaodastrabalhadorasrurais-.pdf>
- Naase, K. M. (2009). "O sonho da terra": mulheres assentadas na Amazônia como agentes de mudança. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, 2(4), 247-260.
- Paulilo, M. I. S. (2013). FAO, fome e mulheres rurais. *Revista de Ciências Sociais*, 2(56), 285-310.
- Portal Brasil (2015). Safra de grãos bate recorde com 209 milhões de toneladas. Recuperado de: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/09/safra-de-graos-bate-recorde-com-209-milhoes-de-toneladas>
- Rocha, L. P., Borges, A. M., Bonow, C. A., Almeida, M. C.V., Piexak, D. R., & Cezar-Vaz, M. R. (2016). Carga de trabalho rural: estudo desenvolvido em dois ambientes rurais do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Ciência Rural*, 5(46), 132-138.
- Rumin, C.R., Navarro, V. L., & Periotto, N. W. (2008). Trabalho e saúde no agrobusiness paulista: estudo com colhedores manuais de cana-de-açúcar na região oeste do Estado de São Paulo. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 2(11), 193-207.
- Sales, C. M. V. (2007). Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 437-443.
- Salvaro, G. I. J., Lago, M. C. S., & Wolff, C. S. (2013). "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividade. *Revista Psicologia & Sociedade*, 25(1), 79-89.
- Salvaro, G. I. J., Estevam, D. O., & Felipe, D. F. (2014). Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, 34(2), 390-405.
- Salvaro, G. I. J., Lago, M. C. S., & Wolff, C. S. (2014). Limites e possibilidades de militância política em um movimento social rural de mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 22(1), 51-70.
- Schwendler, S. F. (2015). O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*, 55(1), 87-109.

- Scott, P., Nascimento, F. S., Cordeiro, R., & Nanes, G. (2016). Redes de enfrentamento da violência contra mulheres no Sertão de Pernambuco. *Rev. Estud. Fem.*, 24(3), 851-870.
- Scott, R. P. (2007). Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílio no Norte e no Nordeste. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 425-436.
- Sand, I. C. P. V. D., Ressel, L. B, Monticelli, M., & Schirmer, J. (2016). Autoatenção na gravidez para mulheres residentes no campo: um estudo etnográfico. *Texto Contexto Enferm.*, 25(4), 3-9.
- Stolf, M. C. (2007). Os sentidos atribuídos por agricultores às tecnologias utilizadas em seu cotidiano de trabalho (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Thum, M. A., Borges, A. M. & Heck, R. M. (2011). Saberes relacionados ao autocuidado entre mulheres da área rural do Sul do Brasil. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 32(3), 576-82.
- Velasquez-Meléndez, G., Côrrea-Oliveira, R., Pimenta, A. M., & Kac, G. (2007). Prevalência de síndrome metabólica em área rural do Brasil. *Revista São Paulo Medical Journal*, 3(125), 155-162.
- Weissheimer, M. (2017). Reforma excluirá da Previdência boa parte da população rural, especialmente as mulheres. Rede Brasil atual. Recuperado de: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/03/reforma-excluire-da-previdencia-boa-parte-da-populacao-rural-especialmente-as-mulheres>>.

Recebido em 20/12/2017

Aceito em 30/05/2018

Gabriela da Silva Marques: graduanda do curso de psicologia da Universidade Feevale/RS.

Denise Regina Quaresma da Silva: bolsista de Produtividade CNPq, Pós-doutora em Estudos de Gênero(UCES/Argentina), Psicóloga, Doutora em Educação (UFRGS), pesquisadora e Professora do PPG em Educação da Universidade La Salle/RS e do PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale/RS.